



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 97/XIII/ 2.ª SL

Aos 05 dias do mês de abril de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Lorde Boswell, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Lordes, do Reino Unido.

---

#### **Audição do Lorde Boswell, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Lordes, do Reino Unido.**

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada **Regina Bastos (PSD)**, deu início à audição com um agradecimento ao Senhor **Lord Boswell**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Lordes, por ter aceitado o convite para falar ao Parlamento português, enquadrando a audição no contexto do acionamento do Artigo 50.º do Tratado da União Europeia pelo Reino Unido no passado dia 29 de março, ação que formalizou o processo de saída da União Europeia (UE) do Reino Unido. Passou a palavra ao Senhor **Lord Boswell** para a sua intervenção inicial, dando indicação dos tempos previstos para as intervenções na audição.

O Senhor **Lord Boswell** iniciou a sua intervenção por lamentar os acontecimentos ocorridos em Lamego na véspera da sua audição, declarando o seu voto de pesar pelas vítimas provocadas pela explosão de uma fábrica de pirotecnia situada nesse concelho. Asseverou que a responsabilidade de um parlamentar deve ir além de preocupações macroeconómicas, devendo prioritariamente preocupar-se com as questões que afetam os cidadãos que representam, sendo essa também a sua principal preocupação no contexto do Brexit. Referiu a esse propósito as preocupações dos cidadãos do Reino Unido que residem em Portugal e em outros países da UE, assim como as dos cidadãos portugueses e os provenientes de outros



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 97/XIII/ 2.ª SL

países da UE que residem no Reino Unido e a necessidade de responder às suas incertezas quanto ao futuro após a retirada do Reino Unido da UE. A esse propósito referiu os estudos já realizados pela sua Comissão, iniciados imediatamente após ser tornado público os resultados do referendo realizado no Reino Unido, que pretendiam avaliar os impactos da saída do Reino Unido da UE (ou Brexit) e dos desafios a resolver para evitar um vazio legislativo ou défice normativo em várias áreas, desde o comércio aos direitos individuais e familiares. Dos resultados do referendo em apreço, que deram a maioria à posição para retirada da UE, referiu ser pública a sua posição contrária ao Brexit. Sugeriu aliás que, caso se repetisse agora idêntico referendo, a posição maioritária seria inversa, por considerar que os jovens, entre os quais se registou um nível elevado de abstenção, não permaneceriam indiferentes ao referendo e manifestar-se-iam a favor de manter o Reino Unido como Estado-Membro da UE. À parte essas considerações, afirmou que aceitava os resultados apurados e se empenharia em contribuir para o processo do Brexit, tentando que o mesmo minimizasse o seu impacto sobre as pessoas, embora arriscasse dizer que os custos teriam sido significativamente subestimados pelos defensores do Brexit. Em particular considerou importante que nesse processo fossem salvaguardadas as condições para o escrutínio parlamentar do processo de negociação de saída. Considerou que seria fundamental evitar uma situação de saída abrupta ao fim do período de dois anos previsto para finalizar as negociações, e sublinhou que o Reino Unido, mesmo deixando a União Europeia, não poderia, por força da sua localização, deixar a Europa. Nesses termos haveria muitas áreas, desde o ambiente à mobilidade das pessoas que precisariam de ser contempladas por um acordo. Considerou moderado o tom da carta formal de acionamento do Artigo 50.º enviada pela Senhora Primeira-Ministra do Reino Unido, o que assinalava como uma inflexão positiva face às declarações mais aguerridas que teriam sido proferidas anteriormente, embora ele considerasse que a responsabilidade por realçar um aparente conflito nas negociações era responsabilidade dos meios de comunicação social, uma vez que a ausência de antagonismo não venderia tão bem como notícia.

Quanto às relações entre o Reino Unido e Portugal, referiu os mais de 600 anos de relacionamento formal entre estes países, desde a celebração do Tratado de Windsor, motivo pelo qual ele considerava que esse relacionamento se sobrepunha aos 45 anos partilhados enquanto membros da UE. Aludiu ainda à partilha entre Portugal e o Reino



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 97/XIII/ 2.ª SL

Unido de uma “vocação atlântica”, uma vez que pela sua localização geográfica estariam ambos muito mais sensíveis à importância do relacionamento global além do espaço europeu, nomeadamente às relações transatlânticas.

Após este discurso de abertura, a Senhora Presidente da CAE passou a palavra aos Senhores Deputados para as suas intervenções, tendo usado da palavra nesta primeira ronda:

- A Senhora Deputada **Rubina Berardo (PSD)**, que começou por saudar a vinda de Lord Boswell como um sinal do bom relacionamento entre Portugal e o Reino Unido. Aludiu à população nacional de cada país residente no outro, das diferenças demográficas entre elas, uma vez que a maioria dos ingleses residentes em Portugal estariam em idade de reforma, tendo escolhido aposentar-se num país com um clima mais ameno do que o seu, ao contrário da maioria da população portuguesa residente no Reino Unido, que estariam nesse país para trabalhar ou prosseguir estudos académicos. Referiu a preocupação dessa população com as consequências do Brexit, incluindo o aumento de crimes de ódio e de manifestações racistas, a questão da incerteza quanto ao futuro e da insegurança de ter garantidos os seus direitos após a data limite para as negociações da saída do Reino Unido;

- O Senhor Deputado **Vitalino Canas (PS)**, que também saudou a presença de Lord Boswell e lamentou as circunstâncias que obrigavam à negociação de um acordo, entre o Reino Unido e a União Europeia para as condições do Brexit, que, independentemente dos seus resultados, deixaria ambas as partes mais pobres, tratando-se de um acordo para minimizar perdas e não para alcançar quaisquer mais-valias. Saliou a indicação anteriormente dada por Portugal, que não conduziria negociações bilaterais com o Reino Unido, mantendo-se como um elemento ativo da negociação, mas enquanto um dos 26 Estados-Membros que permanecerão na UE, empenhados em alcançar o melhor acordo possível para todas as partes. Referiu que seria importante a existência desde logo de um roteiro para o processo de saída, com uma indicação desde logo do estatuto que o Reino Unido pretende, nas suas relações com a UE, após finalizar a sua saída. Indicou que as questões da Irlanda do Norte, da Escócia e mesmo de Gibraltar seriam da competência exclusiva do Reino Unido, sobre



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 97/XIII/ 2.ª SL

as quais não se pronunciaria. Quanto aos cidadãos portugueses no Reino Unido, referiu relatos de enormes dificuldades e obstáculos burocráticos à obtenção de estatuto de residente permanente, com indicações de exigências para o preenchimento de formulários com mais de 80 páginas. Sublinhou que, até à saída do Reino Unido da UE, era expectável que este país cumprisse todas as obrigações e honrasse os compromissos assumidos enquanto Estado-Membro. Considerou ainda caricatos os relatos quanto à excessiva burocratização na administração britânica, à luz dos argumentos da campanha a favor do Brexit, que teriam invocado a redução da burocracia como fator para a saída;

- O Senhor Deputado **Pedro Filipe Soares (BE)**, que iniciou a sua intervenção por agradecer as palavras solidárias de Lord Boswell quanto aos acontecimentos em Lamego e, a propósito do recente ataque terrorista em Londres, solidarizou-se também com os cidadãos do Reino Unido. Indicou que os cidadãos não deveriam ser peões no processo de negociação da saída. Centrou deste modo as suas questões no impacto para os cidadãos de ambos os países residentes no outro, embora as preocupações dessas comunidades fosse diferente, atendendo a estarem em fases de vida distintas. Citou um caso recente de agressão xenófoba a uma família, mãe e filha, no Reino Unido, apelando a que este caso fosse tratado de forma exemplar, uma vez que considerou que a falta de atenção ou arquivamento do processo pelas autoridades daria um sinal claro de incentivo a esse tipo de comportamento. Inquiriu ainda quanto ao risco de um retrocesso no relacionamento entre as duas Irlandas e se seria expectável um ressurgimento das tensões nessa região. Não colocaria no entanto questões quanto à Escócia, nomeadamente à possibilidade de esta permanecer na União Europeia, por considerar essa uma questão interna do Reino Unido;

- O Senhor Deputado **Pedro Mota Soares (CDS-PP)**, que também agradeceu a solidariedade expressa por Lord Boswell pelas vítimas do acidente em Lamego, lamentando por sua vez os acontecimentos em Londres e aludindo ao voto de pesar aprovado por unanimidade na Assembleia da República a respeito dos atentados terroristas contra Westminster, com uma palavra especial de apreço pela coragem dos atos do seu colega parlamentar britânico que colocou a vida em risco para socorrer as vítimas. Declarou o seu respeito pela decisão democrática do povo britânico, pesasse



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 97/XIII/ 2.ª SL

embora o apoio do seu Grupo Parlamentar pelo projeto europeu. Nesse contexto, considerou fundamental que não fosse assumida uma atitude punitiva à negociação do processo de saída, embora referisse áreas, nomeadamente na garantia das quatro liberdades, onde não considerou possível transigir. Deste modo, considerou importante no processo de saída garantir a cooperação em áreas onde o Reino Unido teria um papel indissociável da UE, tais como o combate ao terrorismo e na gestão da aviação civil. Em outras áreas, tais como as trocas comerciais e o investimento, considerou fundamental uma aproximação superior ao que seria assegurado pelas regras base do acordo da Organização Mundial do Comércio. Nesse sentido fez referência à necessidade de definir regras mínimas e um período transitório, para evitar uma queda abrupta nas relações económicas e comerciais após o período de dois anos previsto para o processo de saída.

O Senhor **Lord Boswell** agradeceu as questões colocadas e respondeu individualmente a cada intervenção. No final desta primeira ronda, a Senhora Presidente voltou a passar a palavra para uma segunda ronda de questões, tendo usado da palavra:

- A Senhora Deputada **Rubina Berardo (PSD)**, que citou as recentes declarações da Senhora Primeira-Ministra do Reino Unido, em que considerava preferível uma saída sem acordo do que uma saída com um mau acordo, perguntando se esta referência explícita ao cenário de Brexit designado por uma “saída dura” correspondia realmente à posição maioritária da administração britânica. Inquiriu qual o cenário previsto para os territórios do Reino Unido, tais como as ilhas do canal, incluindo Jérsia e Guérnesei que, embora sem estatuto formal de membros da UE, beneficiavam atualmente da livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais;

- A Senhora Deputada **Carla Tavares (PS)**, que inquiriu sobre as disposições previstas para o Reino Unido fazer face à falta de mão de obra, uma parte substancial da qual seria altamente qualificada ou em cargos de direção e finanças, que decorreria de um cenário em que a residência e trabalho de cidadãos portugueses, assim como de cidadãos de outros países da UE, fosse dificultada. Aludiu à necessidade de, no



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 97/XIII/ 2.ª SL

curto prazo, reforçar a presença consular para responder às preocupações dos cidadãos de ambos os países.

- O Senhor Deputado **António Cardoso (PS)**, que sublinhou o acesso do Reino Unido em condições privilegiadas ao mercado europeu da eletricidade, e qual a sua perspetiva para esse acesso e para fazer face às suas necessidades energéticas. Associado a essa questão, referiu o mercado europeu de transação de emissões de carbono, para o qual o Reino Unido contribui significativamente, e inquiriu pelo compromisso pós-Brexit com a redução de emissões de gases com efeito de estufa e combate às alterações climáticas.

O Senhor **Lord Boswell** respondeu conjuntamente no final da ronda às questões colocadas. Terminou a audição por declarar a importância de reforçar a cooperação interparlamentar, convidando os Senhores Deputados da CAE a visitar o parlamento britânico, manifestando a sua disponibilidade para os acolher, em nome da Comissão parlamentar homóloga a que preside na Câmara dos Lordes.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1847&title=audicao-do-lord-boswell-presidente-da-comissao-de-assuntos-europeus-d>)

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de abril de 2017.

**A PRESIDENTE**

**(REGINA BASTOS)**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 97/XIII/ 2.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira  
António Cardoso  
António Costa Silva  
António Sales  
Carla Tavares  
Carlos Costa Neves  
Duarte Marques  
Eurico Brilhante Dias  
Francisca Parreira  
Maria Luís Albuquerque  
Miguel Morgado  
Pedro Mota Soares  
Regina Bastos  
Rubina Berardo  
Vitalino Canas  
António Ventura  
Pedro Filipe Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Carlos Pereira  
Filipe Anacoreta Correia  
Inês Domingos  
Isabel Pires  
João Galamba  
Moisés Ferreira  
Paula Santos